

JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

Volume 15, Número 2, Novembro de 2025

TRADUÇÕES

A má compreensão do retrocesso democrático

Thomas Carothers e Brendan Hartnett

A entrega de resultados pela democracia: por que o desempenho democrático importa

Francis Fukuyama, Chris Dann e Beatriz Magaloni

A ascensão do autoritarismo legislativo

Paolo Sosa-Villagarcia, José Incio e Moisés Arce

Exclusão religiosa e as origens da democracia

Şener Aktürk

ARTIGO INÉDITO

Dinheiro e democracia: os desafios do financiamento político-partidário no Brasil

Lara Mesquita e Bruno Bolognesi

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL	Bernardo Sorj Sergio Fausto
COORDENADORA DE PUBLICAÇÕES	Beatriz Kipnis
TRADUÇÃO	Fabio Storino
REVISÃO TÉCNICA	Otávio Dias
REVISÃO DE DIAGRAMAÇÃO	Felipe Martins
DIAGRAMAÇÃO	Lisia Lemes / Lilemes Comunicação

Journal of Democracy em Português, Volume 14,
Número 2, São Paulo, Novembro de 2025
Plataforma Democrática
ISSN 2527-1369

Índice de catálogo sistemático:

Democracia; Política e Governo; Sociedade; Partidos Políticos; Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000
fundacaoofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaoofhc.org.br



São Paulo (Sede)
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000
tel: +55 (11) 3359-5000
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Semestral

Este trabalho pode ser reproduzido gratuitamente, sem fins comerciais, em sua totalidade ou em parte, sob a condição de que sejam devidamente indicados a publicação de origem e seu autor.

A entrega de resultados pela democracia: por que o desempenho democrático importa*

Francis Fukuyama, Chris Dann e Beatriz Magaloni

Francis Fukuyama é pesquisador sênior, diretor do Instituto Freeman Spogli de Estudos Internacionais e professor (por cortesia) de ciência política na Universidade de Stanford. Chris Dann é doutorando em ciência política na Universidade de Stanford. Beatriz Magaloni é professora de Relações Internacionais no Departamento de Ciência Política da Universidade de Stanford.

Nas duas últimas décadas, uma onda de retrocesso democrático atingiu todos os cantos do planeta, colocando em questão a ascensão da democracia. Entre os casos mais conhecidos atualmente estão a Hungria de Viktor Orban, a Turquia de Recep Tayyip Erdogan e El Salvador sob Nayib Bukele, além do Brasil e das Filipinas durante as presidências de Jair Bolsonaro e Rodrigo Duterte, respectivamente. Acadêmicos e formuladores de políticas têm buscado compreender as causas desse fenômeno e como defender a democracia contra ele.¹

A maioria das abordagens se enquadra em um dos seguintes campos: as explicações do “lado da oferta” focam no comportamento das elites e em como as democracias são corroídas “por dentro” — ou seja, o desmantelamento gradual das instituições democráticas assim que um líder iliberal é eleito, e essas instituições são então utilizadas

* Publicado originalmente como “Delivering for Democracy: Why Results Matter?”, *Journal of Democracy*, Volume 36, Number 2, April 2025 © 2025 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

contra a própria democracia.² Por outro lado, as teorias do “lado da demanda” concentram-se no apoio dos cidadãos, ou na falta dele, à democracia, dando mais ênfase ao desempenho democrático. Até que ponto a percepção de que a democracia não está produzindo resultados alimenta a demanda popular por sistemas políticos alternativos e candidatos que parecem oferecer melhores resultados?

No recente ensaio do *Journal of Democracy* “Misunderstanding Democratic Backsliding” [Compreendendo erroneamente o retrocesso democrático], Thomas Carothers e Brendan Hartnett investigam essa questão. Com base em uma amostra de doze países onde a democracia enfraqueceu, os autores argumentam que a entrega da democracia, utilizando o crescimento do PIB e a desigualdade como indicadores proxy, tem poder limitado para explicar o início do retrocesso.³ Vejamos a Índia e a Polônia. Carothers e Hartnett argumentam que ambos apresentavam um crescimento econômico excepcional antes de a qualidade de sua democracia começar a declinar.

À medida que pesquisas ao redor do mundo apontam uma queda na satisfação com a democracia,⁴ Carothers e Hartnett fazem bem em avaliar a frequentemente alegada conexão entre desempenho e retrocesso democrático. Isso nos ajuda a superar os debates sobre os méritos dos principais índices de democracia na medição do retrocesso democrático, como a Freedom House, a Polity e o projeto Variedades de Democracia (V-Dem).⁵ No entanto, a conclusão geral dos autores de que o desempenho tem relevância limitada na explicação da erosão democrática exige mais nuance. Focar apenas nos casos em que houve retrocesso — isto é, a “seleção de casos para estudo com base nos resultados da variável dependente”⁶ — naturalmente gera um viés. Para determinar se o desempenho é uma condição precedente sem efeito real, um estudo também precisaria incluir países onde o retrocesso não ocorreu.

Consequentemente, isso pede uma análise mais ampla da medida em que o desempenho importa para a estabilidade e a legitimidade da

democracia. Além disso, há uma crescente preocupação de que até mesmo democracias consolidadas estejam ficando atrás de algumas autocracias, especialmente na provisão de bens públicos em larga escala, como infraestrutura e capacidade de produzir crescimento econômico, reduzir a pobreza e o desemprego, e melhorar a segurança.⁷

Os dados da pesquisa do Pew Research Center indicam que a insatisfação global com a democracia está ligada ao descontentamento econômico. Além disso, organizações como o Edelman Trust Barometer mostram que a confiança no governo é baixa em democracias consolidadas, como França, Alemanha, Estados Unidos e Reino Unido, mas é mais forte em países autoritários que estão crescendo e investindo rapidamente, como China, Arábia Saudita, Singapura e Emirados Árabes Unidos. Juntos, esses dados sugerem que os cidadãos estão duvidando cada vez mais da capacidade da democracia de entregar resultados.

Entrega e o contrato social

Para entender por que a entrega de resultados é tão importante para a legitimidade democrática, é necessário compreender o princípio fundamental do contrato social, explicado de forma mais famosa em *Leviatã* (1651) de Thomas Hobbes e *Segundo tratado sobre o governo civil* (1690) de John Locke: os cidadãos consentem em ser governados por um soberano, e esse soberano, por sua vez, exerce poder político em benefício da cidadania. Como Margaret Levi escreveu recentemente: “Estabelecer credibilidade requer que o governo cumpra sua parte no contrato implícito com cidadãos e súditos, ou seja: a provisão de bens e serviços, processos justos na formulação e implementação de políticas (de acordo com as normas do local e do momento) e uma capacidade administrativa demonstrável”.⁸

A provisão de serviços públicos não é a única maneira pela qual os governos podem construir confiança entre seus cidadãos — a classe

política também deve ser honesta e comprometida, ou pelo menos percebida como tal, com o bem comum. No entanto, as decisões de política pública podem ter impactos tangíveis e diretos na vida individual. Assim, quando a má gestão econômica leva a grandes crises, o público frequentemente perde a confiança nos governantes e no sistema político como um todo, o que às vezes se manifesta em protestos e agitação generalizados ou no voto para candidatos antissistema que prometem uma alternativa a uma classe política estagnada.

Construir confiança no governo está, portanto, diretamente relacionado a noções de *legitimidade*. Seymour Martin Lipset chamou isso de “autoridade moral para governar”.⁹ Como escreveu Larry Diamond, “um longo histórico de desempenho eficaz — na promoção do crescimento econômico e de oportunidades, na redução da pobreza e da desigualdade, na prestação de serviços sociais, no controle da corrupção e na manutenção da ordem política e segurança — constrói um reservatório de legitimidade”.¹⁰

No entanto, é importante reconhecer que a confiança no governo e a legitimidade por meio do desempenho não são exclusivas dos sistemas democráticos. Diversos estudos empíricos associam a oferta de serviços à conquista dos “corações e mentes” dos cidadãos em diferentes tipos de regimes. Um estudo recente, baseado em um conjunto de dados de 2,8 milhões de pessoas ao redor do mundo, revela uma forte conexão entre confiança no governo e crescimento econômico: sociedades com maior confiança política também apresentam algumas das maiores taxas de crescimento do PIB, incluindo países autoritários como Catar, China, Ruanda e Vietnã; por outro lado, aqueles com menor confiança política muitas vezes enfrentam dificuldades econômicas, incluindo democracias como Espanha, Grécia, Itália e Japão.¹¹

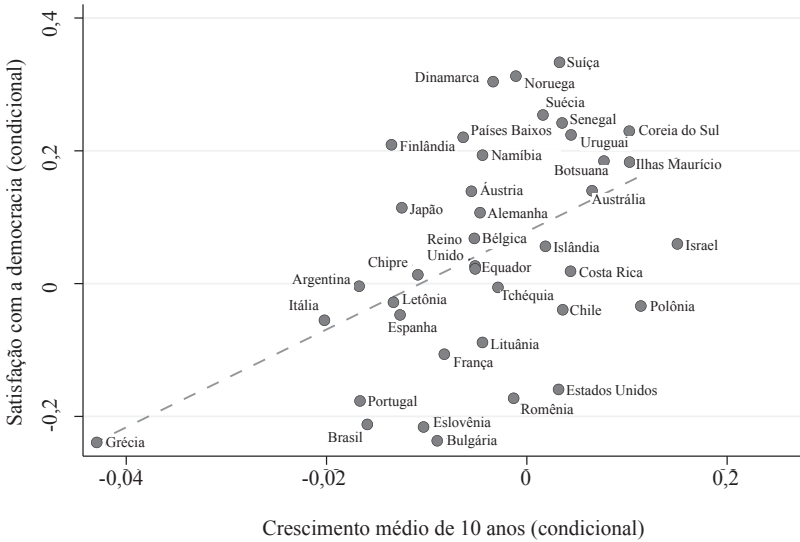
Na última década, as democracias latino-americanas experimentaram um declínio significativo na confiança pública no governo e no apoio à governança democrática, em grande parte devido ao fraco

crescimento econômico. O fim do boom das commodities em meados da década de 2010 marcou o início de uma nova “década perdida”, na qual a estagnação econômica reverteu os avanços anteriores na redução da pobreza e da desigualdade de renda. Taxas persistentemente altas de homicídio e insegurança generalizada na região também minaram a confiança do público nas instituições governamentais e no sistema democrático como um todo.

Para examinar mais profundamente essas tendências, coletamos dados sobre o apoio à democracia harmonizando ciclos de pesquisas como Afrobarômetro, Barômetro Árabe, Barômetro Asiático, South Asia Barometer [barômetro do Sul da Ásia] e Latinobarômetro, Pesquisa Social Europeia, Estudo de Valores Europeus, Life in Transition Survey [pesquisa vida em transição], World Values Survey [pesquisa mundial de valores] e Gallup World Poll [pesquisa mundial Gallup]. Isso abrange aproximadamente 650.000 entrevistados em países que sempre foram democráticos ou experimentaram mudanças de regime desde 1990. Utilizamos questões relacionadas à “satisfação com a democracia”, normalmente mensurada perguntando aos entrevistados se estão satisfeitos com a democracia em uma escala de “muito insatisfeito” a “muito satisfeito”.

Considerando as médias nacionais de dez anos das respostas das pesquisas e o crescimento econômico agregado em período semelhante, a Figura 1 revela uma relação positiva marcante.¹² Em média, cidadãos de sociedades com maior crescimento econômico expressam claramente maior satisfação com a democracia. Isso se aplica não apenas a países que sempre foram democráticos desde o fim da Guerra Fria (Figura 1a), mas também aos “oscilantes” — países que experimentaram heterogeneidade institucional desde 1990 (Figura 1b). Como em todas as correlações transnacionais, há ruído nos dados. No entanto, ainda que a evidência seja puramente descritiva, há uma conexão clara entre apoio à democracia e entrega de resultados, com o crescimento econômico como proxy.

Figura 1a: Satisfação com a democracia e crescimento econômico: democracias



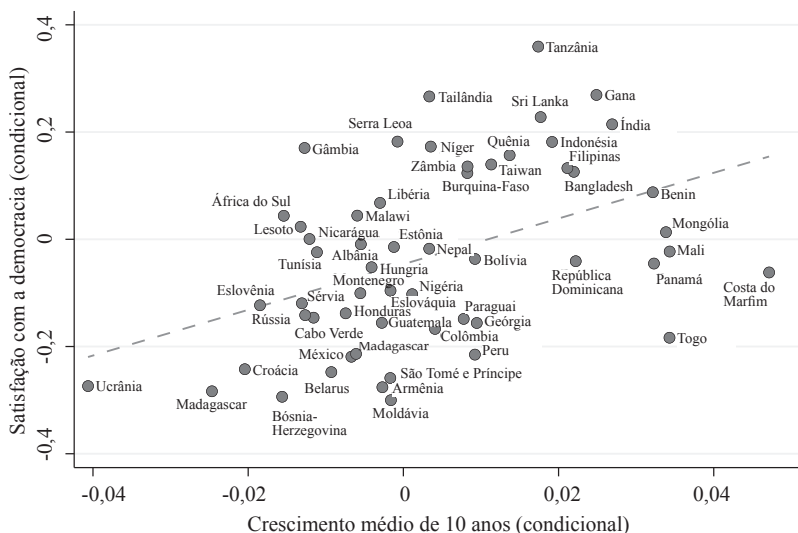
Nota: Medimos a satisfação com a democracia criando uma variável dicotômica para cada entrevistado, que assume o valor 1 se ele estiver “satisfeito” ou “muito satisfeito” com a democracia e 0 caso contrário. Em seguida, calculamos as médias nacionais dessa variável ao longo de todos os anos de pesquisa com dados disponíveis (não ausentes) entre 2009 e 2019 (sendo 2019 o último ano para o qual temos dados de crescimento da Penn World Table [PWT]). Tanto a medida de satisfação quanto a taxa média de crescimento de 10 anos são ajustadas para o log do PIB per capita em 2008. A Irlanda é removida como outlier entre as democracias, embora sua inclusão não altere a linha de tendência. Da mesma forma, a linha de tendência para as democracias permanece robusta quando a Grécia é omitida. Finalmente, classificamos os países usando o conjunto de dados Variedades de Democracia (V-Dem) e sua variável $v2x_regime$. Um país que tem sido democrático desde 1990 é definido como uma “democracia”, enquanto um país que alternou entre democracia e autocracia (em qualquer direção) desde 1990 é definido como “oscilante”.

Fontes: Os dados da pesquisa são do Afrobarômetro, Barômetro Árabe, Barômetro Asiático, Estudo de Valores Europeus, Gallup World Poll, Latinobarômetro, Life in Transition Survey, Pesquisa Social Europeia, South Asia Barometer e World Values Survey. Os dados de taxa de crescimento do PIB vêm da Penn World Table.

Além da variação entre países, a satisfação com a democracia em certas democracias em desenvolvimento também está correlacionada com o crescimento econômico. Argentina e Brasil são dois dos prin-

cipais países latino-americanos que passaram por grandes desacelerações econômicas. A Figura 2 mostra que, em ambos os países, a satisfação com a democracia segue um padrão semelhante ao longo do tempo em relação à taxa de crescimento nacional.

Figura 1b: Satisfação com a democracia e crescimento econômico: oscilantes



Nota: Consulte a nota da Figura 1a. Para os oscilantes, a Venezuela é excluída como um outlier, embora a linha de tendência permaneça robusta mesmo com sua inclusão.

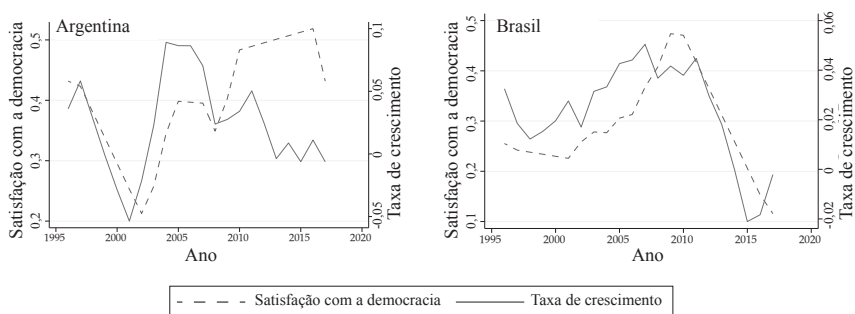
Na Argentina, a satisfação com a democracia despencou durante o colapso econômico e político do país em 2001 — uma crise marcada por moratória da dívida, congelamento de contas bancárias e agitação generalizada. Embora uma recuperação tenha começado sob Néstor Kirchner em 2003, impulsionada por altos preços de commodities, a crise deixou cicatrizes profundas na confiança do país nas instituições e sinalizou uma incapacidade crônica de oferecer bem-estar e desenvolvimento aos cidadãos. O atual presidente da Argentina, o popu-

lista de direita Javier Milei, tem dividido opiniões desde sua eleição em 2023: críticos alertam para um retrocesso democrático, enquanto apoiadores defendem seus esforços para combater a corrupção e corrigir a má gestão fiscal das administrações anteriores.

No Brasil, a satisfação com a democracia aumentou durante o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010), quando o boom das commodities permitiu um crescimento econômico sustentado e políticas sociais inovadoras reduziram a pobreza. No entanto, após a recessão econômica de 2013–2015, a satisfação com a democracia caiu drasticamente, e o Brasil logo passou por um período de retrocesso democrático sob o presidente de extrema direita Jair Bolsonaro (2019–2022). Em última análise, no entanto, as instituições do país mostraram resiliência.

A correlação dinâmica entre satisfação com a democracia e crescimento econômico também se aplica a democracias mais desenvolvidas que enfrentaram crises, como Espanha e Grécia, conforme ilustrado na Figura 3. Na Grécia, a satisfação democrática caiu drasticamente no final dos anos 2000, durante as crises financeiras e da dívida soberana globais, marcadas por forte contração econômica, alto desemprego e medidas rigorosas de austeridade. Embora o crescimento tenha começado a se recuperar em 2015, a satisfação com a democracia ainda não voltou ao nível anterior. Da mesma forma, na Espanha, a crise financeira desencadeou o colapso do mercado imobiliário, aumento do desemprego e estagnação do crescimento. Apesar de uma recuperação econômica razoável, a satisfação com a democracia permanece persistentemente baixa.

Figura 2: Satisfação com a democracia e crescimento econômico ao longo do tempo: Argentina e Brasil



Nota: “Satisfação com a democracia” representa as médias nacionais calculadas a partir de uma variável dicotômica criada para identificar se os entrevistados estão “satisfeitos” ou “muito satisfeitos” com a democracia. Os gráficos representam médias móveis de três anos.

Fontes: Os dados da pesquisa são do Afrobarômetro, Barômetro Árabe, Barômetro Asiático, Estudo de Valores Europeus, Gallup World Poll, Latinobarômetro, Life in Transition Survey, Pesquisa Social Europeia, South Asia Barometer e World Values Survey. Os dados de taxa de crescimento do PIB vêm da Penn World Table.

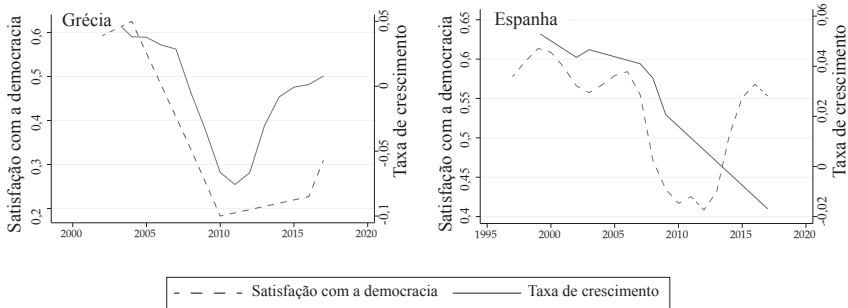
O fraco crescimento econômico e o declínio da satisfação com a democracia em democracias avançadas estão alinhados com uma literatura emergente que relaciona a oferta limitada de serviços e dificuldades econômicas ao voto em partidos de extrema direita, especialmente na Europa. Isso se manifesta em discursos populistas contra a austeridade e na culpabilização de imigrantes pela crise econômica.¹³

Novamente, esses são padrões puramente descritivos nos dados brutos. No entanto, os resultados sugerem uma forte correlação entre crescimento econômico e apoio à democracia. Continua sendo uma área aberta de pesquisa entender como a insatisfação política se manifesta e se desloca de políticas e atores específicos para todo o sistema. Em que momento a insatisfação com o desempenho político ou com determinados governantes se transforma em ceticismo em relação ao projeto democrático como um todo, potencialmente favorecendo alternativas mais autoritárias?

Legitimidade de processo versus do desempenho

Em contraste com a autocracia, diz-se que a legitimidade da democracia repousa tanto em seu desempenho quanto na presença de *equidade processual*. Mesmo que os resultados não sejam considerados benéficos para o bem-estar, o processo democrático valida as decisões políticas porque agrega preferências diversas e amplia a voz dos cidadãos por meio de oportunidades de participação.¹⁴ O referendo do “brexit” de 2016, que encerrou a adesão do Reino Unido à União Europeia, é um exemplo de um resultado subótimo justificado por um procedimento legítimo.

Figura 3: Satisfação com a democracia e crescimento econômico ao longo do tempo: Grécia e Espanha



Nota: “Satisfação com a democracia” representa as médias nacionais calculadas a partir de uma variável dicotômica criada para identificar se os entrevistados estão “satisfeitos” ou “muito satisfeitos” com a democracia. Os gráficos representam médias móveis de três anos. Para a Grécia, foi utilizada a série completa de dados disponíveis (não ausentes), pois os dados estavam disponíveis apenas para os anos 2002, 2004, 2008, 2010, 2016 e 2017.

Fontes: Os dados da pesquisa são do Afrobarômetro, Barômetro Árabe, Barômetro Asiático, Estudo de Valores Europeus, Gallup World Poll, Latinobarômetro, Life in Transition Survey, Pesquisa Social Europeia, South Asia Barometer e World Values Survey. Os dados de taxa de crescimento do PIB vêm da Penn World Table.

No entanto, as alegações sobre a ascendência da democracia com base em seus méritos processuais podem já não ter o mesmo impacto

de antes. Embora as anteriores “ondas” de democratização possam ter conquistado os corações e mentes dos cidadãos por meio da emancipação e da aquisição inédita de novos direitos, esses veículos de legitimidade podem ter atingido seu limite.¹⁵ Em democracias de baixo desempenho, os cidadãos demonstram cada vez mais insatisfação com o sistema político ao comparecerem menos às urnas, protestarem e apoiarem candidatos antissistema ou até abertamente antidemocráticos. Nos últimos anos, protestos em massa explodiram em democracias como Argentina, Índia e Nigéria, além de Alemanha e Estados Unidos, devido a questões econômicas, legislativas e sociais. Partidos e candidatos antissistema também vêm ganhando eleições ou popularidade em várias democracias consolidadas, incluindo Alemanha, Espanha, Estados Unidos, França, Itália e Reino Unido.

Um artigo recente de coautoria do economista ganhador do Prêmio Nobel Daron Acemoglu mostra que o apoio à democracia é fortemente influenciado pela experiência do cidadão com *episódios bem-sucedidos* de democracia, em oposição à sua experiência geral ao longo da vida em regimes democráticos.¹⁶ O sucesso, nesse caso, é medido por um crescimento econômico robusto, estabilidade política, baixa desigualdade de renda e a provisão de bens públicos (medida pelo gasto público como proporção do PIB).

Independentemente da manipulação da mídia, o forte desempenho de alguns regimes em retrocesso e autocracias é inegável. O crescimento econômico consistente da China inegavelmente tirou milhões da pobreza. Os padrões de vida aumentaram substancialmente na Turquia desde que o Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP) surgiu em 2002 com Erdogan. E Ruanda, sob Paul Kagame, que silenciou brutalmente sua oposição, está entre as economias de crescimento mais rápido do mundo e tem sido elogiada por usar “soluções domésticas” para reconstruir a confiança em um Estado antes fragilizado.

Esses exemplos, de forma alguma, justificam o autoritarismo; um histórico de entrega de resultados não exime os abusos de ideais democráticos, como a proteção dos direitos individuais e das liberdades civis. Além disso, nem toda autocracia apresenta bom desempenho. Embora alguns regimes autocráticos alcancem sucesso econômico, muitos outros permanecem no poder apesar de resultados econômicos ruins e do empobrecimento de seus cidadãos. A sobrevivência desses regimes frequentemente depende de repressão sistemática e táticas brutais, incluindo intimidação, vigilância e cooptação. Líderes como Nicolás Maduro (2013–presente) na Venezuela, Robert Mugabe no Zimbábue (1987–2017) e Mobutu Sese Seko no Zaire (1971–1997; atualmente República Democrática do Congo) exemplificam esse modelo. Os três exploraram recursos, enriqueceram seus círculos internos e reprimiram a oposição em meio a sofrimento generalizado e declínio econômico para permanecer no poder.

A democracia, no entanto, não pode se acomodar. Como observa Larry Diamond, “a crença na legitimidade da democracia pode ser moldada pela cultura e pela história, mas também é impulsionada pelo desenvolvimento econômico e pelo desempenho de regimes presentes em comparação com os anteriores”.¹⁷ Esse é um ponto especialmente relevante em um momento em que várias não democracias e regimes em retrocesso estão ganhando legitimidade e demonstrando que podem entregar resultados, ou pelo menos aparentam fazê-lo, apesar dos processos políticos imperfeitos.

Por que a entrega de resultados em democracias é difícil

Com a legitimidade do desempenho em mente, diversas autocracias e democracias em retrocesso têm utilizado projetos de infraestrutura para sinalizar competência, uma vez que são bens públicos alta-

mente visíveis e indutores de crescimento, capazes de gerar benefícios tangíveis para os cidadãos.¹⁸ Embora a China seja um exemplo notável, especialmente com sua Iniciativa Cinturão e Rota, outras não democracias seguiram o mesmo caminho, como o Cazaquistão com seu programa de construção de estradas Nurly Zhol (Caminho Brillhante). Entre as democracias em retrocesso, há evidências de que os investimentos da Turquia em transporte e infraestrutura social aumentaram o apoio ao governo do AKP.¹⁹

Em contraste, algumas das democracias mais consolidadas do mundo, incluindo Alemanha, Estados Unidos e Reino Unido, têm enfrentado dificuldades até mesmo para manter a infraestrutura existente. Os Estados Unidos, notadamente, ganharam reputação por sua infraestrutura decadente e por projetos caros e problemáticos, exemplificados pelo colapso da Ponte Francis Scott Key em Baltimore em 2024 e pelo progresso extremamente lento do projeto de trem de alta velocidade da Califórnia, aprovado pelos eleitores do estado em 2008. O Reino Unido, por sua vez, cancelou um grande projeto nacional de transporte em 2023, frustrando muitos cidadãos. O High Speed 2, concebido em 2010, deveria conectar grandes cidades do país à capital e revigorar o crescimento no norte da Inglaterra. Na Alemanha, atrasos contínuos e superlotação no sistema ferroviário nacional, amplamente atribuídos ao subinvestimento na manutenção da infraestrutura, têm irritado os eleitores. Ainda mais emblemáticos são a tão aguardada abertura do Aeroporto de Berlim-Brandemburgo, que finalmente entrou em operação em 2020 após quase uma década de atrasos, e o projeto ferroviário Stuttgart 21, que está em andamento há mais de trinta anos e ainda não foi concluído.

Existem algumas razões óbvias pelas quais as democracias não conseguem realizar projetos públicos voltados ao bem-estar, como infraestrutura, tão rapidamente quanto as autocracias. Por um lado, a devida diligência necessária para acordos ambientais, sociais e de governança pode atrasar projetos, ainda que com a boa intenção de evitar danos ao

meio ambiente. Talvez ainda mais importante, a maioria das democracias consolidadas construiu sua infraestrutura há décadas, o que significa que novos investimentos frequentemente se destinam à manutenção do estoque existente em vez de à construção de novas obras.

Além disso, considerações sobre direitos de propriedade e desapropriações podem impedir o Estado de construir facilmente grandes projetos que cruzam comunidades existentes sem o devido processo legal. Autocracias não enfrentam essas restrições. Por exemplo, na construção do megaprojeto da cidade inteligente The Line, o governo da Arábia Saudita autorizou uma política de “atirar à vista” contra membros de tribos e moradores que se recusassem a deixar suas casas para a limpeza do terreno.²⁰

Em última análise, a prestação de serviços é simplesmente mais difícil em ambientes políticos democráticos, onde há atores com poderes formais e informais de veto, ênfase excessiva em procedimentos e mecanismos amplos de participação cidadã em projetos públicos, um ecossistema em constante evolução de mídia independente e tecnologias de informação e comunicação, horizontes políticos de curto prazo e um ceticismo geral sobre a benevolência do governo.

Atores com poder de veto. Sistemas que precisam gerenciar interesses e preferências conflitantes, idealmente alcançando algum consenso entre eles, muitas vezes avançam lentamente e de forma fragmentada na implementação de políticas. A incorporação de vozes de vários constituintes e órgãos governamentais pode resultar em formas de “vetocracia”. Em outras palavras, ter vários atores com poder de veto em diferentes níveis de governo pode tornar a entrega de projetos de infraestrutura uma tarefa quase impossível. Além disso, quando os impactos visíveis e tangíveis de um projeto estão altamente concentrados em determinados grupos de eleitores, pode surgir uma oposição do tipo “não no meu quintal” (NIMBY), causando atrasos na construção e aumentando os custos.²¹

Procedimentalismo e participação pública. Outro fator que impede uma entrega democrática rápida e eficiente são os processos de formulação de políticas atolados em camadas de procedimentos que às vezes impedem até mesmo o início de projetos — desde novos empreendimentos habitacionais até melhorias em estradas e pontes. Regras processuais rigorosas, destinadas a legitimar decisões políticas e evitar a captura de agências governamentais, motivam a proliferação desses processos (o que Nicholas Bagley apelidou de “fetiche do procedimento”²²). No entanto, não está claro se essa ênfase em procedimentos administrativos, frequentemente em detrimento da entrega de resultados, funciona conforme o esperado.

Consideremos a transparência. Nas democracias, aumentar a transparência — por meio de mecanismos como leis de liberdade de informação, por exemplo — é geralmente visto como uma boa prática que ajuda a legitimar a tomada de decisões. Em termos de prestação de serviços, a redução da corrupção costuma ser um objetivo central dos esforços de transparência. No entanto, ao contrário da maioria dos eleitores individuais, que raramente comparecem a audiências públicas para levantar preocupações sobre projetos, grupos de interesse altamente investidos normalmente travam longas batalhas políticas que impedem ou atrasam os governos na implementação de políticas. Determinar a melhor forma de viabilizar e incentivar a transparência e outros meios de participação pública sem comprometer a entrega continua sendo um desafio para a maioria das democracias.

Mídia e tecnologia. Um ambiente de mídia livre é, sem dúvida, uma fonte fundamental de responsabilização em sociedades democráticas, garantindo a capacidade de resposta às necessidades dos cidadãos e consequências eleitorais para governantes de desempenho insatisfatório. No entanto, existem compensações, como em todos os mecanismos de controle de poder, e a capacidade de um governo de

entregar de forma rápida e eficaz pode ser prejudicada quando suas ações estão sob forte escrutínio. O crescimento das redes sociais, em particular, e o advento de novas tecnologias de informação e comunicação, nas palavras do ex-analista da CIA Martin Gurri, “colocam os governos em uma situação delicada, onde qualquer erro, qualquer evento inesperado, pode levar um público conectado às ruas”.²³

Essas tecnologias também podem levar a uma desconexão entre a entrega real e a percepção pública. O recente e intrigante descompasso entre o forte crescimento sob o governo Biden e o sentimento do consumidor foi parcialmente atribuído a fontes de notícias negativamente tendenciosas sobre a economia, algo que aumentou significativamente desde o final da década de 2010.²⁴

Embora as redes sociais e outras tecnologias que servem como plataformas para aumentar a transparência às vezes possam restringir regimes autoritários, o controle e a supressão da mídia por parte desses regimes garantem que os governantes não sofram reverses devido à indignação pública provocada por reportagens negativas ou histórias desfavoráveis disseminadas online. Muitos dos autocratas atuais, em vez de derivarem legitimidade por meio de apelos ideológicos amplos ou do culto à personalidade, usam a mídia para controlar ou manipular informações e convencer os cidadãos da competência do governo.²⁵

Horizontes temporais. Os ciclos eleitorais e as distorções que às vezes produzem são outro fator que afeta o desempenho dos sistemas democráticos. Metas de políticas que não se alinham com o ciclo eleitoral podem comprometer seriamente o compromisso de um governo com a implementação de medidas para enfrentar problemas de longo prazo, como investimentos em infraestrutura ou ações climáticas.²⁶ Além disso, nenhum político ou formulador de políticas deseja que um investimento iniciado por ele seja creditado a um sucessor se sua concretização ocorrer após sua saída do cargo.

Ceticismo. Não é apenas a arquitetura institucional dos governos democráticos que dificulta a prestação de serviços. Como observou o filósofo escocês do século 18 David Hume em *Ensaaios Morais, Políticos e Literários* (1758), as democracias frequentemente fomentam entre os cidadãos um ceticismo em relação à benevolência governamental. Embora se possa argumentar que essa desconfiança é “saudável”, pois promove mecanismos de responsabilização sólidos e desencoraja a fé cega nas diretrizes estatais, suas implicações para a entrega são mais sutis.²⁷ Para fornecer bens públicos, os governos às vezes precisam implementar políticas que exigem um nível suficiente de confiança, como o aumento de impostos para gerar receita. No entanto, se os cidadãos se recusarem a cumprir essas exigências, restringindo a capacidade do governo de oferecer serviços, isso pode aumentar ainda mais a desconfiança popular. O resultado é um ciclo vicioso de entrega malsucedida e pessimismo crescente sobre a capacidade da democracia.

Em uma entrevista de 2024, o então secretário dos Transportes dos Estados Unidos, Pete Buttigieg, descreveu essa dinâmica: “Uma das razões para o declínio [da confiança política] tem sido uma espécie de ciclo de retroalimentação entre instituições públicas decepcionando as pessoas e estas, então, hesitando em empoderar essas instituições para resolver seus problemas”. Em relação à infraestrutura especificamente, Buttigieg reconheceu que, se as pessoas estão “olhando ao redor e [...] vendo uma infraestrutura decadente”, podem pensar: “Ah, o governo é péssimo para consertar esses problemas” e decidir que financiar o governo com seus impostos é um mau investimento.²⁸

Como as democracias podem voltar a produzir resultados

A percepção de que a democracia é incapaz de entregar resultados para seus cidadãos, ou pelo menos faz isso de maneira ineficaz, está amplamente disseminada.²⁹ Sua reputação já foi melhor. As conquistas das democracias consolidadas eram antes incomparáveis: o Reino Unido inaugurou o primeiro sistema de metrô do mundo, o London Underground, em 1863. Os Estados Unidos, sob Franklin D. Roosevelt (FDR), construíram a Ponte Golden Gate, a Ponte da Baía de Oakland e a Represa Hoover em um intervalo de cinco anos na década de 1930. O presidente Dwight D. Eisenhower, ao aprovar a Lei Federal de Auxílio Rodoviário de 1956, lançou um dos maiores projetos de obras públicas do século 20, o sistema de rodovias interestaduais. Hoje, os requisitos de licenciamento por si só tornariam tais conquistas impossíveis nos Estados Unidos. Então, o que as democracias podem fazer para recuperar sua capacidade de entrega?

Como destacado anteriormente, a desconfiança dos cidadãos em relação ao governo e a incapacidade do governo em fornecer serviços públicos se reforçam mutuamente. Para reconstruir a confiança na democracia, no entanto, caberá aos governos darem os primeiros passos e reunir a vontade política necessária para realizar projetos ambiciosos. No entanto, para investimentos de longo prazo, como infraestrutura ou soluções para mudanças climáticas, governos em exercício sempre temem que a oposição um dia recebam o crédito por suas iniciativas políticas. Superar esses inevitáveis problemas de confiança para restaurar a fé na capacidade da democracia de entregar resultados exigirá um amplo consenso entre diferentes partes do espectro político.

A Austrália é um exemplo de país onde há um profundo compromisso bipartidário para a execução de grandes obras públicas. O país viveu um boom de infraestrutura na última década, construindo pro-

jetos como o West-Connex, o maior túnel rodoviário da Austrália, e o Sydney Metro, outro grande investimento em transporte. Notavelmente, na Figura 1a, a Austrália aparece no canto superior direito do espectro, demonstrando tanto alto crescimento quanto elevada satisfação com a democracia.

Mesmo na parte inferior da distribuição na Figura 1a, o progresso não foi completamente insignificante. A Grécia iniciou uma recuperação econômica notável desde a crise da zona do euro de 2011; o sucesso do governo foi impulsionado por um projeto de reconstrução do Porto de Pireu (embora seja irônico que o projeto tenha sido realizado por empreiteiros chineses, tendo êxito em parte por evitar o uso de mão de obra sindicalizada). Nos Estados Unidos, o governador da Pensilvânia, Josh Shapiro, foi amplamente elogiado por reconstruir a rodovia I-95, encontrando soluções para contornar os numerosos obstáculos de licenciamento que dificultam projetos de infraestrutura nos EUA.

É claro que a infraestrutura não é o único componente da entrega em democracias. Programas governamentais podem abordar uma série de questões sociais, incluindo saúde, nutrição, educação e emprego. Os programas do New Deal de FDR, lançados durante a Grande Depressão (1929–1940), ilustram como os gastos sociais podem entregar esses bens aos cidadãos, conquistando sua confiança e apoio. Por exemplo, o Civilian Conservation Corps (1933–1942), um programa federal de geração de emprego, aumentou os rendimentos ao longo da vida e melhorou a saúde dos participantes. Evidências também mostram que esses programas fortaleceram o patriotismo entre os beneficiários, que compraram mais títulos de guerra e se voluntariaram em maior número durante a Segunda Guerra Mundial.³⁰

Em democracias menos desenvolvidas, uma série de políticas se mostrou eficaz na redução da pobreza, ao mesmo tempo em que conquistou ampla popularidade, tornando-se politicamente vantajosas para os governantes. Exemplos incluem programas de transferência condi-

cionada de renda, como o Bolsa Família (Brasil), que fornece assistência financeira a famílias de baixa renda em troca do cumprimento de requisitos de saúde e educação. Investimentos em infraestrutura básica, como água potável, saneamento e eletricidade confiável, melhoram significativamente a saúde e a qualidade de vida. Da mesma forma, iniciativas como a Cobertura Universal de Saúde (Tailândia) melhoraram o acesso à saúde para milhões de pessoas. Essas medidas não apenas reduzem a pobreza e promovem o bem-estar público, mas também fortalecem o apoio popular aos governos que as implementam.

Quando as estradas estão esburacadas, as pontes estão desmoronando e os grandes planos de investimento para revitalizar economias locais se tornam elefantes brancos, os cidadãos naturalmente questionam o valor da democracia.

A boa gestão econômica e a criação de empregos também são essenciais. Isso é especialmente importante para os jovens, que demonstram maior insatisfação com a democracia. As gerações mais jovens que ingressam no mercado de trabalho em países que experimentaram “décadas perdidas” de estagnação econômica, como Espanha, Grécia e Japão, também apresentam altos níveis de desconfiança em relação ao governo.³¹

No entanto, é importante reconhecer que a infraestrutura é uma das formas mais visíveis de entrega governamental. Isso é especialmente relevante em democracias onde projetos antigos chegaram ao fim de seu ciclo de vida. Quando as estradas estão esburacadas, as pontes estão desmoronando e os grandes planos de investimento para revitalizar economias locais se tornam elefantes brancos, os cidadãos naturalmente questionam o valor da democracia.

Nada disso implica que as democracias devam imitar governos autoritários para aumentar a velocidade do progresso. Críticos da democracia devem reconhecer uma distinção fundamental entre o governo

democrático e o autoritário: o poder dos eleitores nas democracias de responsabilizar seus líderes. Esse tipo de responsabilização não existe em regimes autocráticos, onde os cidadãos não decidem quem ascende ao poder ou quem é removido do cargo. Essa diferença essencial destaca a grande vantagem das democracias: sua capacidade de corrigir rumos e se adaptar às necessidades e demandas da sociedade por meio da transição pacífica de poder, quando respeitada.

Mas, apesar de todas as virtudes e vícios da democracia, existem contradições internas que afetam o quanto e como os governos podem avançar em suas agendas políticas. As restrições ao Poder Executivo e as estruturas de responsabilização impostas por eleições competitivas são mecanismos necessários de controle, mas o foco excessivo nos processos democráticos e administrativos pode dificultar o progresso nas áreas que os cidadãos mais desejam ver avançar. A institucionalização de uma abordagem maximalista da democracia por meio de procedimentalismo excessivo, na melhor das hipóteses, levará a atrasos na entrega de resultados, minando ainda mais a confiança dos cidadãos no projeto democrático. Para restaurar essa confiança, as democracias devem resolver essas tensões internas, encontrando o equilíbrio adequado entre entrega e responsabilização, garantindo ambos.

Notas

1. Nancy Bermeo, “On Democratic Backsliding”, *Journal of Democracy* 27 (janeiro 2016): 5–19.
2. Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, *How Democracies Die* (Nova York: Crown, 2018) [Ed. bras.: *Como as Democracias Morrem*, Zahar, 2018].
3. Thomas Carothers e Brendan Hartnett, “Misunderstanding Democratic Backsliding”, *Journal of Democracy* 35 (julho 2024): 24–37. Os países analisados no estudo são Bangladesh, Brasil, El Salvador, Estados Unidos, Filipinas, Hungria, Índia, México, Nicarágua, Polônia, Tunísia e Turquia.
4. Richard Wike, Laura Silver e Alexandra Castillo, “Many Across the Globe Are Dissatisfied with How Democracy Is Working”, Pew Research Center, 29 abril 2019, <https://www.pewresearch.org/global/2019/04/29/many-across-the-globe-are-dissatisfied-with-how-democracy-is-working/>.
5. Andrew T. Little e Anne Meng, “Measuring Democratic Backsliding”, *PS: Political Science and Politics* 57 (abril 2024): 149–61; Andrew T. Little e Anne Meng, “What We Do and Do Not Know About Democratic Backsliding”, *PS: Political Science and Politics* 57 (abril 2024): 224–29.
6. Barbara Geddes, “How the Cases You Choose Affect the Answers You Get: Selection Bias in Comparative Politics”, *Political Analysis* 2 (1990): 131–50.
7. Charles Dunst, *Defeating the Dictators: How Democracy Can Prevail in the Age of the Strongman* (Londres: Hodder and Stoughton, 2023).
8. Margaret Levi, “Trustworthy Government: The Obligations of Government and the Responsibilities of the Governed”, *Daedalus* 151 (outono 2022): 215.
9. Seymour Martin Lipset, “The Social Requisites of Democracy Revisited”, *American Sociological Review* 59 (fevereiro 1994): 1–22.
10. Larry Diamond, “Power, Performance, and Legitimacy”, *Journal of Democracy* 35 (abril 2024): 5–22.
11. Timothy Besley, Chris Dann e Sacha Dray, “Growth Experiences and Trust in Government”, LSE Working Paper (no prelo).

12. Esses números refletem os achados de Besley, Dann e Dray em “Growth Experiences and Trust in Government”. Eliminamos ambas as variáveis do log do PIB per capita inicial de nosso conjunto de dados para garantir que os resultados não sejam influenciados por níveis de renda diferenciados que codeterminam a satisfação com a democracia e o desempenho econômico. Os eixos, portanto, representam resíduos ajustados.

13. Ver, por exemplo, Leonardo Baccini e Thomas Sattler, “Austerity, Economic Vulnerability, and Populism”, *American Journal of Political Science* (no prelo), <https://dx.doi.org/10.1111/ajps.12865>; Camille Bedock e Pavlos Vasilopoulos, “Economic Hardship and Extreme Voting Under the Economic Crisis: A Comparison Between Italy and Greece”, *Revue Européenne des Sciences Sociales* 53, n. 1 (2015): 177–96.

14. Tom R. Tyler, *Why People Obey the Law* (Princeton: Princeton University Press, 2006).

15. Samuel P. Huntington, “Democracy’s Third Wave”, *Journal of Democracy* 2 (primavera 1991): 12–34.

16. Daron Acemoglu et al., “(Successful) Democracies Breed Their Own Support”, *Review of Economic Studies*, 16 maio 2024, <https://doi.org/10.1093/restud/rdae051>.

17. Diamond, “Power, Performance, and Legitimacy”, p. 13.

18. Dunst, *Defeating the Dictators*.

19. Mevlude Akbulut-Yuksel, Dozie Okoye e Belgi Turan, “Expressway to Votes: Infrastructure Projects and Voter Persuasion”, *Economic Journal* 134 (janeiro 2024): 48–94; Melissa Marschall, Abdullah Aydogan e Alper Bulut, “Does Housing Create Votes? Explaining the Electoral Success of the AKP in Turkey”, *Electoral Studies* 42 (junho 2016): 201–12.

20. Merlyn Thomas e Lara El Gibaly, “Neom: Saudi Forces ‘Told to Kill’ to Clear Land for Eco-City”, BBC News, 9 maio 2024, <https://www.bbc.com/news/world-middleeast-68945445>.

21. Francis Fukuyama, “Vetocracy: Too Much Law and Too Little Infrastructure”, *American Interest* 12 (janeiro-fevereiro 2017), <https://www.the-american-interest.com/2016/11/08/too-much-law-and-too-little-infrastructure/>; Edward L. Glaeser e Giacomo A.M. Ponzetto, “The Political Economy of Transportation Investment”, *Economics of Transportation* 13 (março 2018): 4–26.

22. Nicholas Bagley, “The Procedure Fetish”, *Michigan Law Review* 118 (dezembro 2019): 345–402.
23. Martin Gurri, *The Revolt of the Public and the Crisis of Authority in the New Millennium* (San Francisco: Stripe Press, 2018), 90.
24. Ben Harris e Aaron Sojourner, “Why Are Americans So Displeased with the Economy? Measuring Whether Economic News Has Become More Negative”, Brookings, <https://www.brookings.edu/articles/why-are-americans-so-displeased-with-the-economy/>.
25. Sergei Guriev e Daniel Treisman, “Informational Autocrats”, *Journal of Economic Perspectives* 33 (outono 2019): 100–27; Arturas Rozenas e Denis Stukal, “How Autocrats Manipulate Economic News: Evidence from Russia’s State-Controlled Television”, *Journal of Politics* 81 (julho 2019): 982–96.
26. Timothy Besley e Torsten Persson, “The Political Economics of Green Transitions”, *Quarterly Journal of Economics* 138 (agosto 2023): 1863–906; Finn E. Kydland e Edward C. Prescott, “Rules Rather than Discretion: The Inconsistency of Optimal Plans”, *Journal of Political Economy* 85 (junho 1977): 473–92.
27. William Mishler e Richard Rose, “Trust, Distrust, and Skepticism: Popular Evaluations of Civil and Political Institutions in Post-Communist Societies”, *Journal of Politics* 59 (maio 1997): 418–51.
28. “What Pete Buttigieg Learned Playing JD Vance”, *New York Times*, The Ezra Klein Show, 24 setembro 2024, <https://www.nytimes.com/2024/09/24/opinion/ezra-klein-podcast-pete-buttigieg.html>.
29. Carothers e Hartnett, “Misunderstanding Democratic Backsliding”.
30. Anna Aizer et al., “The Lifetime Impacts of the New Deal’s Youth Employment Program”, *Quarterly Journal of Economics* 139 (novembro 2024): 2579–635; Bruno Caprettini e Hans-Joachim Voth, “New Deal, New Patriots: How 1930s Government Spending Boosted Patriotism During World War II”, *Quarterly Journal of Economics* 138 (fevereiro 2023): 465–513.
31. Wike, Silver e Castillo, “Many Across the Globe Are Dissatisfied with How Democracy Is Working”; Besley, Dann e Dray, “Growth Experiences and Trust in Government”.

PLATAFORMA DEMOCRÁTICA

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



Criada em 2007 pela Fundação Fernando Henrique Cardoso e pelo Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, a Plataforma Democrática objetiva fortalecer a cultura e as instituições democráticas no Brasil e na América Latina. Desenvolvemos pesquisas, publicações e seminários sobre as transformações da sociedade e da política na região e no sistema internacional, com foco nos desafios à convivência e à governança democrática. Estimulamos o diálogo entre produtores de conhecimento e diferentes atores sociais e políticos, de modo apartidário. Promovemos o aprendizado democrático da cidadania, fomentando uma cultura cívica que valoriza a argumentação e o pluralismo de pontos de vista.

Conheça nossas publicações mais recentes:

Conexão América Latina

Ensaio sobre as mudanças políticas, culturais e socioeconômicas que afetam a qualidade da democracia na América Latina, quando não sua própria existência.

Ano 4, Volume 2: [América Latina, o Não Alinhamento Ativo e a disputa entre os Estados Unidos e a China, por Jorge Heine](#)

Ano 4, Volume 1: [O cenário do crime organizado e dos mercados ilícitos no bioma amazônico, por Leandro Piquet Carneiro e Adriano Bastos Rosas](#)

Ano 3, Volume 2: [Um “modelo Bukele” para a América Latina?, por Lucía Dammert](#)
[Conheça todas as edições](#)

Journal of Democracy em Português

Revista semestral sobre os desafios contemporâneos da democracia no mundo, com traduções e artigos originais sobre o Brasil.

[Veja todas as edições publicadas](#)

Coleção O estado da democracia

Livros sobre os desafios da democracia no Brasil e no mundo.

[O Novo Governo dos Indivíduos](#)

[Nacionalismo e Democracia na Europa e no Brasil](#)

[Desafios do Sistema Político Brasileiro](#)

[Identidades e Crise das Democracias](#)

Coleção Corações e Mentes

Projeto de educação cidadã orientada por valores humanistas e democráticos, com textos de acesso gratuito para uso escolar com o objetivo de fortalecer os valores e o exercício da democracia.

Volume 1: [Pensando de forma autônoma fora e dentro da internet](#)

Volume 2: [Ensino Religioso e Valores Democráticos](#)

Volume 3: [Nacionalismo e Democracia](#)

Journal of Democracy em Português, Volume 14, Número 2, Novembro de 2025

© 2025 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press